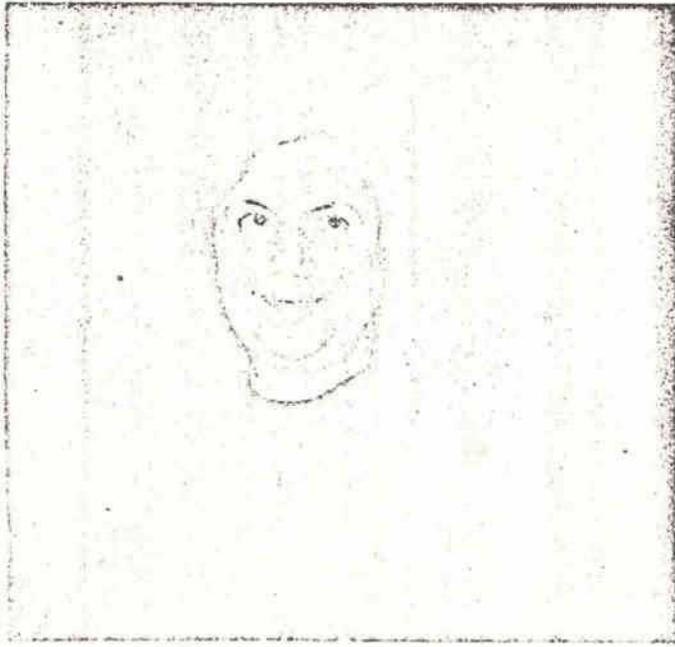


Apesar do desmentido do Executivo

EXISTE CRISE NO GOVERNO



Maria de Lurdes Pintasilgo partira para Nova Iorque deixando o País e o Governo em crise latente. Pelo menos por enquanto, os acontecimentos de Montemor ficaram circunscritos no tempo e no espaço. As dificuldades existentes no seio do Gabinete caíram no domínio público e é com enorme expectativa que se aguarda o regresso de Sousa Franco, agora em Belgrado para a reunião anual do FMI. Joaquim Lourenço, Marques Videira e Pereira Magro também são figuras salientes deste contencioso que pode pôr em risco a existência do V Governo, cuja imagem está irremediavelmente prejudicada.

(pág. 32)



Fundação Cuidar o Futuro



5.10.79

"O PAÍS"

M. L. Pintasilgo em confronto com alguns dos seus ministros

O GOVERNO apresentou-se para demorar «cem dias» e houve quem receasse, pela série de promessas contidas no seu Programa, que existiria o propósito inconfessado de prolongar o prazo. Agora, pelo contrário, julga-se que a vida lhe poderá ser encurtada, não pelos embates do exterior mas por desavenças internas.

Qualquer que seja o vigor dos desmentidos, ou talvez pela ênfase inabitual com que se nega a existência de divergências entre alguns ministros, radica-se em todos — e a Imprensa internacional recolhe como dado adquirido — a certeza de que o Governo de Maria de Lurdes Pintasilgo está ferido de morte. Pode perdurar até serem conhecidos os resultados das próximas eleições legislativas; perdeu, contudo, a euforia de «sagrada aliança» dos genios — «os primeiros dos seus cursus» — que iluminaria o caminho dos pobres mortais. A partir de agora só lhe resta a hipótese das correções à sua composição inicial — quem será mais primeiro? — ou a resignação de ser apenas conjunto de elementos distintos e não equipa para a concretização de uma vontade colectiva.

De resto, que solidariedade se poderia esperar entre pessoas que viveram o novo ambiente político português recusando ou ultrapassando os quadros institucionais que qualquer Democracia estabelece para normalizar o seu exercício? São independentes em relação aos Partidos, e porque essa é uma opção pessoal que revela idiossincrasias muito específicas, também sentem necessidade de manifestar a sua independência em relação ao Governo. Cada ministro tem programa próprio que isoladamente pode ser agradável mas só enquanto a prática quotidiana não desenhar zonas secantes com outro programa de outro ministro, igualmente agradável. Nas áreas de confluência os atritos são inevitáveis, e só uma arbitragem prudente e segura, indiscutível e prestigiada pode resolver pacificamente. E por isso que certos Governos extra-

-partidários têm uma dinâmica totalitária.

«Cansada para Conselho de Ministros»

A Maria de Lurdes Pintasilgo não falta a vocação para árbitro. E talvez Portugal seja espaço excessivamente pequeno para as suas ambições, se for entendido em toda a sua extensão e propostas o discurso que acaba de pronunciar na Assembleia Geral das Nações Unidas. Está no entanto, demasiado comprometida com determinado tipo de soluções para ser árbitro indiscutível, para conservar a prudência que lhe conserve o prestígio.

As dificuldades existentes no seio do Governo — é inútil desmentir-las pois elas existem sob qualquer regime e em todos os tipos de Governo — já se faziam sentir antes dos «ragões» acontecimentos de Montemor. Mas nem a ameaça de subversão generalizada fez com que Maria de Lurdes Pintasilgo perdesse a oportunidade de aproveitar, pessoalmente, o relevo que a tribuna da ONU oferece a quem exerce, mesmo provisoriamente, o cargo que ela actualmente ocupa. Uma audiência colectiva — entenda-se: cerimónia de cumprimentos — com João Paulo II alimentaria, com a simples supressão da palavra «colectiva», a propaganda oficial para efeitos internos. Para a candidatura a qualquer cargo nos organismos internacionais contava com a sua palavra fluente e correcta, embora para tanto tivesse de se aventurar em voos universalistas, em que antecipadamente sabia não poder ser acompanhada pelo País em nome do qual se apresentou.

Maria de Lurdes Pintasilgo partiu para Nova Iorque deixando os problemas em suspenso mas conservados em sigilo. Durante a sua ausência as inconfidências criteriosamente «segredadas» tornaram pública a crise. No regresso teve que pretextar «cansaço» para não reunir o Conselho de Ministros aprazado desde o

momento da partida. Mas recebe individualmente alguns ministros — os que os «boatos» referem na base da crise — e aguarda a chegada de Sousa Franco, ausente em Belgrado, na reunião do FMI, que um órgão officioso de Comunicação Social ouve para que ele negue ter pedido a demissão. Anteriormente, Joaquim Lourenço, ministro da Agricultura e Pescas, também contestara as notícias sobre o seu pedido de demissão. Nenhum deles, porém, esconde a existência de profundas divergências.

As divergências ministeriais

É interessante notar que Sousa Franco é o vértice comum de todas as divergências no Governo. Com Joaquim Lourenço, em consequência da libertação de fundos para aumento do crédito à agricultura. Com Sá Borges, por oposição ao aumento do salário mínimo nacional e subsídio de desemprego. Com Bruto da Costa, pelas exigências sempre crescentes da Previdência e dos Serviços de Saúde. E em todas estas questões Sousa Franco viu Maria de Lurdes Pintasilgo apoiar os ministros que reclamavam maiores sacrifícios aos Cofres do Estado.

Em sentido contrário, Pereira Magro que obtivera compreensão de Sousa Franco para um programa do relançamento do Turismo, viu os seus projectos preferidos por um programa de apoio à terceira idade. Marques Videira, que também entusiasmara Sousa Franco com as suas ideias para recuperação da indústria nacional, ainda não conseguiu aprovação para os seus planos.

Há ministros que, ao que conste, não entram na polémica. Freitas Cruz, que não quer perder a Embaixada de Londres, e Bruto da Costa que, ansiosamente, aguarda o regresso a Provedoria da Misericórdia de Lisboa, adoptam naturalmente a posição cómoda: alinham com a «chete». João Figueiredo tem dificuldades evidentes na Comunicação Social para se ocupar de assuntos que não lhe di-

gam directamente respeito e possam fazer-lhe perder o apoio de Maria de Lurdes Pintasilgo.

Será exagerado, portanto, dizer que o Governo está cindido em dois, assim como talvez seja menos próprio conferir conotações partidárias ou dependências ideológicas às razões que determinam as divergências. A maioria dos ministros está com Maria de Lurdes Pintasilgo, pois ela não é árbitro mas parte na contenda. E a todos por igual se deve reconhecer uma nítida opção de Esquerda. O que antes de tudo permite, uma vez mais, concluir que a unidade da Esquerda só se forja na Oposição pois que no Governo se manifesta de imediato e irremediavelmente as diversas sensibilidades nascidas das leituras diferenciadas a que cada um teve acesso.

Vocações...

Mas as divergências agora postas a descoberto serão, de facto, irremediáveis? Em termos de funcionamento normal e útil do Governo, sem dúvida. Mas os apelos à necessidade de um «espírito unitário» frente ao «principal inimigo» pode consentir que o Executivo continue a ostentar uma solidariedade que, no íntimo, será inexistente.

Maria de Lurdes Pintasilgo é hábil e pode consentir muitos sacrifícios para completar a sua campanha de promoção internacional.

Pereira Magro e Marques Videira talvez tenham dificuldade em colaborar nessa mistificação.

Sá Borges já conseguiu o que pretendia, embora com isso tenha feito descer mais alguns graus a possibilidade de recuperação da economia nacional.

Joaquim Lourenço talvez consiga os créditos para prolongar a vida das cooperativas e unidades de produção colectiva.

Se tal acontecer, é possível que Sousa Franco venha mais tarde a explicar que, como no PSD, foi violado no seio do V Governo.

Vocações.

